

Famílias *pioneiras*, modelo patriarcal: o papel das mulheres em Sant'Ana de Paranaíba no século XIX

Isabel Camilo de Camargo¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo debater sobre o patriarcalismo das famílias ditas *pioneiras*, bem como analisar o papel da mulher livre e escrava em Sant'Ana de Paranaíba, província de Mato Grosso, no século XIX. Para isso recorreremos às obras literárias *Inocência* e *Senhorinha Barbosa*, sendo que as personagens principais dessas obras são mulheres. Cruzamos estas informações com outras fontes históricas como inventários *post-mortem* e cartas de alforria. Segundo o referencial da elite latifundiária, a família *pioneira* era constituída por homens corajosos e por mulheres obedientes às ordens do patriarca. Apesar dos *grandes homens* das famílias Garcia Leal e Lopes, por exemplo, colherem os louros como *desbravadores*, pretendemos demonstrar que de uma forma ou de outra, a mulher, escrava ou livre, também teve um papel importante na ocupação dessa região assim como os escravos e pobres livres que muitas vezes foram esquecidos por uma história tradicional ou pelas obras memorialísticas.

Palavras-chave: famílias *pioneiras* e patriarcais, mulheres livres e escravas, Sant'Ana de Paranaíba, século XIX.

Abstract

This article aims to discuss the patriarchy said of pioneering families, as well as examining the role of women free or slave in Sant'Ana de Paranaíba province of Mato Grosso, in the nineteenth century. For this debate resorted literary works *Inocência* and *Senhorinha Barbosa*, and the main characters of these works are women. Furthermore, we use historical sources as postmortem inventories and letters of manumission. According to the reference of the landowning elite pioneer family consisted of brave men and women tireless and obedient to the orders of the patriarch. Despite the great men of families Garcia Leal and Lopes, for example, reap the rewards as pathfinders, we understand that one way or another, the woman, slave or free, also played an important role in the occupation of this region who often have been overlooked by a traditional story or the works of memoirists.

Keywords: pioneer and patriarchal families, slave and free women, Sant'Ana de Paranaíba, nineteenth century.

Introdução

¹ Doutoranda em História pela UNESP/Assis. Bolsista Sandwich Capes. Orientador no Brasil: Prof. Dr. José Carlos Barreiro. Supervisora na UC: Profa. Dra. Margarida Sobral Neto.

A região da Vila de Sant'Ana de Paranaíba começa a se destacar após 1830 com a ocupação de entrantes brancos vindos de São Paulo e Minas Gerais, e se torna um local de passagem e parada entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e a cidade de Cuiabá. Esses entrantes traziam consigo suas famílias e escravos para trabalhar nas terras ocupadas. Sant'Ana de Paranaíba foi primeiro ponto da expansão pastoril na província de Mato Grosso, desencadeando seu avanço para outros lugares e tendo como base a escravidão (SODRÉ, 2009). Ao traçar o perfil dessa sociedade, ensejou-se destaque para o papel fundamental da família, sobretudo o modelo *patriarcal*, na conformação econômica, social e política do Brasil. No entanto, tentamos construir neste artigo uma escrita histórica a partir de análises diacrônicas que envolvem tanto a visão do segmento dominante da sociedade, como, sobretudo a perspectiva dos sujeitos comuns, como as mulheres livres e escravas.

Famílias 'pioneiras', modelo patriarcal

Vários autores, como por exemplo: Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Costa Pinto; apesar de suas diferentes leituras, ressaltaram a família como um grupo social decisivo na estruturação da vida política do Brasil.

Ao analisar o caráter das famílias patriarcais, sobretudo no período colonial, os referidos autores procuraram explicar a tessitura básica que ligaria esse grupo à sociedade brasileira. O patriarcalismo foi tema de várias abordagens, de forma geral:

Seja condenando em certa medida esse passado patriarcal e propondo a sua superação (Buarque de Holanda), seja valorizando-o (Freyre), esses autores exerceram uma duradoura influência na conformação de um quadro da família patriarcal, centro de gravidade da sociedade colonial e responsável por uma série de limites à ação do poder público e às relações impessoais, características de uma sociedade moderna (PESSOA, 2003: 04).

As reflexões sobre o papel da família na formação da sociedade brasileira realizadas pelos estudiosos assinalados foram repensadas pela historiografia brasileira posteriormente produzida contribuindo para identificar “uma espécie de ‘modelo consagrado’ de família patriarcal” (PESSOA, 2003: 04). Esse modelo consagrado poderia ser identificado a partir dos seguintes elementos:

[...] a preeminência absoluta e incontestada do poder do patriarca (chefe de importante família) sobre um amplo conjunto de dependentes que englobava desde a família nuclear (esposa, filhos, genros, noras e netos), passando pela família extensa (uma série de parentes de variados graus muitas vezes morando junto à família do patriarca), até uma ampla rede de dependentes, agregados, escravos, entre outros. Ao mesmo tempo esse patriarca, junto com outros patriarcas semelhantes, reunia em suas mãos o controle da grande propriedade rural e da vida política local, constituindo-se numa espécie de pequeno régulo sempre às turras com o poder do Estado (PESSOA, 2003: 04).

Segundo Pessoa esse quadro representa uma espécie de *síntese* do modelo patriarcal construída por vários autores que se dedicaram à análise da família a partir da década de 1970.

Famílias de entrantes em Sant'Ana de Paranaíba

Analisando as reflexões de Ângelo Emílio da Silva Pessoa sobre a construção do discurso sobre o papel da família no processo de desbravamento do sertão nordestino, e sobre a conseqüente anexação dessa região ao território nacional, procuramos estudar a forma como as famílias de entrantes mineiros e paulistas passaram a ser interpretadas pela historiografia tradicional como ícones das aventuras de conquista do espaço sul mato-grossense. Inúmeros escritos, inclusive recentes, absorvem e reproduzem direta ou indiretamente o discurso apologético dos pioneiros como ator genuíno da história.

Os fundadores dessa verdadeira rede de *pioneiros* tinham à frente José Garcia Leal que, ao alcançar os sertões de Sant'Ana, obteve junto do governo da província de Mato Grosso, cargos fundamentais para desempenhar o poder local, podendo atuar inclusive como sesmeiro para o cultivo ou instalação dos primeiros currais de seus protegidos.

A apologia do patriarcalismo evidencia-se no discurso de Justiniano Augusto de Salles Fleury Fleury ao discorrer sobre o capitão José Garcia Leal:

[...] o verdadeiro patriarca daquela terra, negociava com proverbial probidade, não conhecia a usura, contentava-se com pequeno lucro e foi assim que conseguiu atrair para Sant'Anna do Paranaíba o comércio sertanejo de todo o centro, desde o Piquiri, Taquari, Rio Claro, Jatahi, e Caiapó, da vizinha província de Goiás, cujos habitantes lá iam prover-se de sal, café, fazendas, ferramentas e outros artigos (FLEURY, 1943: 34).

Segundo o referencial da elite latifundiária a família *pioneira* era constituída por homens corajosos e incansáveis e por mulheres obedientes às ordens do patriarca, vistas como heroínas. Nesse sentido, os pioneiros se dispunham a enfrentar a luta diária e o sofrimento ao longo do processo de desbravamento, nutridas, em muitos casos, pelo expansionismo econômico à custa de qualquer sacrifício e determinação. A obra *Os pioneiros – viajantes da ilusão*, escrita por Goretta Dal Bosco, e publicada em 1995, a respeito de Dourados - MS, expressa bem o discurso sobre *pioneiros* construído pelo segmento dominante local. É emblemático o registro contido na orelha do referido livro, onde Adiles Torres, membro da elite douradense, faz considerações apologéticas aos ocupantes de Dourados em pleno século XX:

Através desta série nossos antepassados não serão esquecidos e Dourados não ficará sem a sua história que foi vivenciada por aqueles que tiveram a audácia e a coragem de abandonar suas raízes, amargar um adeus para nunca mais, a seus entes queridos e à terra natal, para buscar o desconhecido, enfrentando sofrimentos, epidemias e, muitas vezes até a morte (DAL BOSCO, 1995: s/p).

Mas a história da penetração nos sertões de Mato Grosso remonta aos séculos XVIII e XIX. Interessa-nos a onda migratória iniciada a partir da segunda década do século XIX, quando levas de famílias oriundas de Uberaba e de Franca migraram para a referida região. Agregados, trabalhadores livres e escravizados eram submetidos em larga medida ao poder de mando das referidas famílias. De posse de numerosos carros de bois, carregamentos de víveres, ferramentas para o trabalho, escravizados, gado e cavalos, mineiros e paulistas entraram pelo sudeste do antigo Mato Grosso interessados em suas potencialidades pastoris. Estabeleceram-se a três léguas de Sant'Ana de Paranaíba, próximo do ribeirão Ariranha, com objetivo de desenvolver plantações, engenho e, sobretudo, cultura pastoril. Genros e filhos de Januário Garcia Leal Sobrinho permaneceram por muito tempo nesse lugar antes de partirem para a região que deu origem a cidade de Três Lagoas. Luís Correa Neves fincou raízes ao sul da vila de Sant'Ana, em águas do rio Quitéria.

No campo ideológico as narrativas memorialistas a respeito das famílias pioneiras contribuem para nutrir genealogias ou biografias romanceadas, cuja essência privilegia a organização da estrutura de dominação local, baseada no latifúndio:

[...] Estes denodados campeões do deserto, homens de idéias liberais, projetavam o povoamento daquela região e não queriam as terras somente para si e seus filhos, pois que foram logo cedendo parte delas aos seus convidados, aos novos imigrantes mineiros e paulistas, que as adquiriam por ínfimo preço (BRAZIL, 1999: 83).

Como vemos na escrita acima sobre o papel dos Garcia na história de Três Lagoas, o memorialista Sá Carvalho traduz a intenção do segmento local de perpetuar imagens associadas à construção do território sul mato-grossense.

No caso da região de Sant'Ana, grande parte dessas famílias buscou imensos campos criatórios e solos férteis para transformá-los em riquezas, a despeito da presença dos nativos caiapós, senhores daquele espaço. A partir daí, o *pioneiro* erigiu ranchos, fazendas, pousos, retiros, impondo sua presença, ultrapassando limites, construindo recursos de vivências cotidianas, estabelecendo vínculos comunitários orientados pelo modelo patriarcal, transformaram cenários naturais, conquistaram territórios de forma similar ao modo de viver da maioria das populações rurais brasileiras.

Escravidados, carros de bois, gados vacuns e cavaleares constituíam-se nos bens semoventes da fortuna de capitão João Alves, quando da sua chegada em Sant'Ana. Acompanhado de sua esposa Francisca Alves dos Santos, quatro filhos, parentes pobres e agregados, João Alves apossou-se de metade da extensa fazenda do Barreiro, cedida pelo então alferes Januario Garcia: “nestas terras, no sitio junto ao córrego da Irara [João Alves] montou um formoso estabelecimento de lavoura e criação” (FLEURY, 1943:31). Cultivavam produtos como abóbora, cana-de-açúcar (produziam aguardente e rapadura) feijão, mandioca (para fazer farinha), milho, e também criavam galinhas e porcos. Estes produtos eram usados para consumo próprio nas unidades produtivas e para venda aos viajantes.

A partir de 1838, seguindo a trilha aberta, sobretudo pelos Garcia Leal, oriundos de Uberaba, outras famílias entraram na região e também conquistaram poder político e econômico. Era, representadas, segundo narrativa de Justiniano Augusto de Salles Fleury pelo “capitão João Alves dos Santos, o capitão José Coelho de Souza, Manoel Antonio Tosta, Miguel da Costa Lima, Desidorio Ruiz da Costa, Joaquim Limos da Silva,

Pedro Francisco de Sales Souza Fleury, e seguidamente muitos outros” (FLEURY, 1943: 32).

Lélia Rita Ribeiro também se referiu aos novos ocupantes da região, para ela entre as pessoas que se estabeleceram em Sant’Ana foram: o capitão João Alves dos Santos, o capitão José Coelho de Souza, Manoel Antônio Tostas, Miguel da Costa Lima, Desidério Ruiz da Costa, Joaquim Lemos da Silva, Pedro Francisco Salles de Souza Fleury, entre outros. Para Ribeiro, essas famílias ajudaram a construir a história local e incorporação dessa extensa região ao território nacional. Por esse viés interpretativo, foram, portanto os principais protagonistas das raízes históricas do antigo Estado de Mato Grosso (RIBEIRO, 1994: 93).

Da mesma forma, Mário Monteiro de Almeida registrou a participação das primeiras famílias do segmento dominante na formação social de Sant’Ana:

Antonio Gonçalves Barbosa era tronco de família numerosa. Mais de duas dezenas de descendentes lhe enriqueceriam o lar, unido sob o dominante regime coevo de educação severa. Uma de suas filhas, Senhorinha Maria da Conceição Barbosa casou-se com Gabriel Francisco Lopes. Outra Maria Antonia de Jesus Barbosa consorciou-se com Tomaz Ferreira de Melo, filho de Joaquim Ferreira de Melo, um dos irmãos fundadores de *Campo Triste*. Antonio Candido de Oliveira casou-se com outra filha do operoso desbravador, Maria Rosa de Jesus Barbosa. Ao lado de filhos operosos e dinâmicos, o intrépido povoador de Franca procriara uma coleção de Marias fecundas e diligentes. A sua descendência, em meados do século, já se computaria por inúmeros sertanistas (ALMEIDA, 1951: 240).

Construído pelo viés do segmento dominante o discurso de Almeida (1951) discorre que três famílias de mineiros e francanos teriam contribuído para a conquista de uma gigantesca área do sudeste do antigo Mato Grosso: os Garcia Leal, os Barbosa e os Lopes.

Cabe enfatizar que Antonio Gonçalves Barbosa saiu de Franca em fins de 1835 e abriu nas margens do Rio Pardo e depois abriu uma estrada de comunicação para Paranaíba e o interior, atravessando o Rio Verde e Sucuriú, fundando fazendas na região da atual cidade de Santa Rita do Rio Pardo.

As informações contidas no diário de viagem *Expedições às regiões centrais da América do Sul*, publicada no ano de 1840, pelo francês Francis Castelnau, revelam a instalação de uma colônia indígena na região. Os paulistas também rumaram para a

região de Santana. Porém, os documentos encontrados até o momento nos levam a crer que os mineiros teriam sido os primeiros a se fixar na região.

Almeida discorre na obra *Episódios da formação geográfica do Brasil*, sobre os ocupantes brancos em Paranaíba:

José Garcia Leal, ainda naquele ano [1829], abriu as fazendas do *Coqueiro* e *Serra*, e terras escolhidas de Santa Ana, tributário do Paranaíba. Às margens deste, também estabeleceu situação em trato propício a cereais. Contígua à última gleba, Justino José de Souza, cunhado de José Garcia, fundou a fazenda *Cuspius*. Instalou depois a fazenda *Barreiro*, em águas do rio homônimo. Ainda em 1829, nas cabeceiras do Pântano, afluentes do Paraná, foram fundadas mais duas fazendas, uma para Inácio Furtado e outra para Domingos Rodrigues. Estranhos à família Garcia Leal eram os primeiros povoadores dos sertões locais. No ano seguinte, José Coelho de Souza, sogro de José Garcia, fixou-se na fazenda Arerê, onde iria falecer (1951: 237).

As fazendas criadas perto de rios dão a noção da importância de ter uma fonte de água próxima, para o uso na vida diária dos futuros moradores. Almeida ajuda compreender o processo de ocupação da região de Paranaíba:

Em 1831, intensificou-se o povoamento. No dia 10 de julho desse ano, chegava ao pôrto do rio Paranaíba, aberto por José Garcia Leal, nos fundos de sua gleba já firmada de roças, a primeira e numerosa turma de povoadores, convocados pelo dinâmico mineiro. Êsses povoadores espalharam-se pelas terras de Santa Ana, do Paranaíba, do córrego Barreiro, do Quiteria e no vale do Sucuriú. Alguns deles se agruparam nas imediações da límpida corrente, sob as inspirações de José Garcia, sementeando a futura povoação e vila de Santa Ana (ALMEIDA, 1951: 237).

A citação acima sugere que José Garcia, depois de demarcar algumas fazendas, convidou algumas pessoas, talvez familiares e amigos, para morar na região, os quais puderam optar por locais com acesso à fonte de água. Almeida relacionou outras famílias que vieram ocupar os sertões de Mato Grosso:

Os Ferreiras de Melo fundavam o vasto latifúndio de *Campo Triste*. Os Novaes estabeleciam-se em *Bananal* e em *Boa Vista*, e os Souza, de Franca, em *S. Pedro*, *Patrimônio dos Souzas* e em *S. José*. Os Costa Lima radicavam-se no *Imbirussú*, exceto João da costa Lima, que pouco depois emigraria para as terras canavieiras de Miranda, na zona subserrana (1951: 238).

Interessante observar que assim como os Garcia, as outras famílias normalmente fundavam mais de uma fazenda, fator responsável à ampliação do latifúndio. Quanto aos Barbosa, só em 1851, lograram alcançar os campos de Erê, depois chamados também campos de Vacaria (ESSELIN, 2003).

Os Lopes

Segundo Sá Carvalho, na obra *Como era lindo o meu sertão!*, publicada em 1929, o sertanista Joaquim Francisco Lopes, realizando caçadas no Triângulo Mineiro conheceu os Garcia e os Barbosa, já afazendados no Pontal dos Rios Grande e Paranaíba, os quais se associaram para uma grande entrada em Mato Grosso. Naquele ano Joaquim Francisco Lopes e Januário Jose de Souza, ambos moradores de Franca (SP), fundaram duas fazendas, uma para Ignácio Furtado e outra para Domingues Rodrigues em um local onde havia um rio que denominaram Pântano, afluente do Paraná. O próprio Lopes, retornando de Franca em maio de 1830, foi contemplado Capitão José Garcia Leal com uma fazenda na margem do Rio Paraná, para onde se mudou em abril de 1831.

Lopes partiu de Franca a 1º de maio de 1830, juntamente com o cativo Sebastião, aceitando convite de Manuel Bernardes da Silva para descobrir campos devolutos no Rio Grande (do qual o Paraná é afluente) e promover abertura de uma estrada até São Bento de Araraquara. Após aceitar o convite, Lopes recebeu do Major Antonio Eustachio da Silva e Oliveira, entrantes do Sertão da Farinha Pobre (Uberaba), uma carta de socorro para apresentar por onde passassem. Organizando uma bandeira, construiu canoas e com os camaradas Vicente, Beraldo e Manuel Pereira exploraram o Rio Grande. Em 1º de setembro de 1830, Lopes chegou a Fazenda Monte Alto de propriedade do Capitão José Garcia Leal. Pelas anotações de Joaquim Francisco Lopes, depreende-se que José Garcia Leal em 1830 já estava instalado em Santana do Paranaíba, vindo de Franca.

Essa *fase áurea do posseiro* favoreceu o estabelecimento de mineiros e paulistas em Santana do Paranaíba, os quais não encontraram impedimentos legais que se opusessem a formação dos potentados locais, a semelhança do poder exercido pelos Garcia Leal.

Entre os *pioneiros* dos Campos de Vacaria, nas cercanias do município de Rio Brillhante (mais ao sul do estado de Mato Grosso do Sul) destacou-se o sertanista e capitão Joaquim Francisco Lopes que se instalou na região ente o final de 1833 e início de 1834, abaixo do Rio Quitéria, abrindo a fazenda Monte Alegre.

Antes disso, Lopes contribuiu para promover a povoação de Sant'Ana, nos finais de 1830. Segundo sua narrativa essa região foi *descoberta* em 1828 e, pouco depois, passou a ser ocupada pela família Garcia Leal, acompanhados de seus escravizados, agregados e outras famílias.

Inocência e Senhorinha Barbosa – a mulher na literatura

Inocência e Senhorinha Barbosa são duas obras literárias que de alguma forma estão relacionadas com a região de Sant'Ana de Paranaíba.

O romance de Alfredo D'Escagnolle Taunay, *Inocência*, publicado em 1872, oferece uma grande contribuição ao notabilizar o chamado *Sertão dos Garcia*, além de oferecer a oportunidade de discutir a literatura como uma fonte de investigação histórica. Sant'Ana de Paranaíba ganhou visibilidade histórica nessa obra de Taunay.

Inocência é a personagem principal do livro e dá nome à obra. Ela é filha de um entrante mineiro que se estabeleceu em Sant'Ana de Paranaíba. Ela foi prometida em casamento a um primo seu, mas no decorrer da obra a mocinha se apaixona por Cirilo, um médico que cuidará de sua frágil saúde.

A personagem do romance tinha o protótipo da heroína romântica: perfeita, frágil, pálida, angelical, enfim, idealizada. A criação da personagem foi inspirada em Jacinta Garcia, sertaneja cuja beleza foi devorada pela lepra, tornando-se uma figura cruel e eloquente da condição de ser do sertanejo.

Inocência é, nesse sentido, o protótipo da mulher sertaneja:

Sou filha dos sertões; nunca morei em povoados, nunca li em livros, nem tive que me ensinasse coisa alguma. Se eu o magoar, desculpe, será sem querer... Lembra-se que, há já um tempão, pararam aqui umas mulheres com uns homens e eu perguntei a papai por que é que ele não as mandava entrar cá pra dentro, como é de costumes com famílias (TAUNAY, 2002: 125).

A intervenção de Inocência revela a intenção de Taunay em mostrar a hospitalidade costumeira dos moradores do remoto rincão por onde passou, em pleno estado de Guerra. Porém também mostra as dificuldades da personagem em ter uma maior perspectiva em sua vida: nunca morou em outros lugares e tinha pouco momentos de sociabilidade; não lia livros pois deveria ser analfabeta, visto que maioria da população, e principalmente das mulheres, no século XIX era analfabeta

(GRAHAM,2005) e não teve alguém que lhe ensinasse coisa alguma, pois no caso da personagem só há uma citação que o pai fala que ela fora criada sem mãe, na narração não há nenhuma referência que ela tivesse tido por um período de tempo uma tutora.

Num cenário eminentemente agreste e idílico, mulheres subalternizadas viviam seus dramas e conflitos. Valores do mundo rural como hospitalidade, privacidade, preservação da honra, casamento arranjado, curiosidade, crendices, juramentos permeiam a estrutura narrativa da obra. O menosprezo à mulher em geral, e da sertaneja, em particular é representada por Taunay com destaque para a fragilidade, inconstância e incapacidade frente ao universo exógeno. O escritor mostra que as mulheres deviam ser mantidas longe dos olhos masculinos para evitar sua volubilidade. O hábito da leitura era algo quase inatingível para a mulher sertaneja retratada pelo viajante. A relação social limitava-se ao seio familiar com propalada proteção à fragilidade já referida.

Senhorinha Barbosa Lopes de Samuel Xavier Medeiros trata da biografia da mulher que dá título ao livro. Ao contrário de *Inocência*, *Senhorinha Barbosa Lopes* realmente existiu e o texto do livro de Medeiros surgiu através de relatos de uma freira que conheceu *Senhorinha Barbosa* e por admirar a história de vida dela decidiu relatá-la em seu diário que ficou muito tempo abandonado até Medeiros encontrar. Nessa obra, temos uma descrição do que o autor leu do diário da freira, que por sua vez escreveu o que ouviu da própria *Senhorinha Barbosa*, como também dos parentes e conhecidos dela.

Senhorinha Barbosa nasceu na província de Minas Gerais e veio com sua família para a província de Mato Grosso, mais precisamente Sant'Ana de Paranaíba, onde se casou pela primeira vez e depois foi se estabelecer na região de Vacarias também em Mato Grosso. Ou seja, permaneceu um tempo em Sant'Ana de Paranaíba, fazendo parte da corrente migratório de interiorização dessa província.

Depois do falecimento de seu primeiro marido em uma desavença com um escravo, ela se casou com o irmão dele, o conhecido *Guia Lopes*, que ajudou o governo brasileiro na Guerra do Paraguai e foi imortalizado no livro *A retirada da Laguna* de Visconde de Taunay. *Guia Lopes* faleceu nesse movimento de retirado do exército brasileiro.

Senhorinha Barbosa foi uma mulher que tomou conta dos negócios, que se enveredou pelos campos na lida com o gado, que foi prisioneira por duas vezes de soldados paraguaios e quando libertada pela segunda vez volta à sua Fazenda Jardim que foi devastada pela guerra e a reconstrói.

Inocência e Senhorinha Barbosa parecem ter personalidades bastante contrastantes, porém temos que ter em mente que elas são personagens literárias. A criação de Inocência foi inspirada em uma pessoa, Jacinta Garcia, que Taunay conheceu em sua passagem por Sant'Ana, mas não podemos esquecer que o autor a transcreveu com o ideário romântico de heroína: uma mulher frágil e dependente. Já Senhorinha Barbosa Lopes parece ter sido uma exceção, pois após a morte de seu segundo marido, teve iniciativa e garra para cuidar de sua família e de suas terras no período pós Guerra do Paraguai sem depender da proteção de nenhum homem.

Até neste momento, não conseguimos entender até que ponto Jacinta Garcia era parecida com Inocência. Talvez fosse só na aparência, visto Inocência ser o protótipo da heroína romântica. Também não há como ponderar até que ponto a visão da freira Maria Tomé sobre Senhorinha Barbosa foi afetada pela amizade e admiração.

As mulheres nos documentos oficiais

Segundo o Mapa Estatístico da população da província de Mato Grosso² do ano de 1856 a Freguesia de Sant'Anna possuía nessa data o número de 905 homens e 1027 mulheres, ou seja, 53% dos habitantes de Paranaíba eram mulheres, livres ou escravas.

De acordo com Graham, a condição da mulher brasileira, leia-se livre e branca, no século XIX era bem melhor do que a condição da mulher inglesa nesse mesmo período, pois o *Código Filipino* de 1603 permitia que as mulheres tinha o mesmo direito que seus irmãos quando do falecimento dos pais; os bens de um casal eram comuns aos dois, cada cônjuge possuía direito a metade dos bens; e como os bens eram em conjunto o casal deveria estar em acordo em situação de compra, venda, hipoteca de alguma propriedade ou mesmo ao contrair dívidas (GRAHAM, 2005).

² Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Caixa: Mapas de população, recenseamento, mapas de julgamento, quadro demonstrativo das instruções públicas e relatório, cartas patentes, ofício e documentos impressos. Maço 20. Mapa Estatístico da população da província de Mato Grosso – Ano 1856.

Talvez por isso, não parece ser estranho o nome de mulheres aparecerem nos Livros de Declaração para meia siza das vendas e doações de escravos como Dona Maria Romana de São José que comprou a escrava Jerônima de José Aprigio de Toledo em catorze de abril de 1856.³

Em 02 de abril de 1861, Ana Garcia Leal vendeu ao Alferes Janúario Garcia Leal o escravo Cypriano. Pelo sobrenome podemos constatar que eram da mesma família, mas até o presente momento não foi possível saber o grau de parentesco entre eles.⁴

Os inventários *post-mortem* nos trazem muitas indagações a respeito da mulher na sociedade santanense e brasileira como um todo, pois é comum encontramos um homem, normalmente marido, representando uma mulher como inventariante. Mas é também comum mulheres serem as inventariantes, sem ninguém as representando.

Entendemos que até certo ponto a mulher brasileira, branca e livre, tinha liberdade sobre algumas escolhas, mas não podemos esquecer que elas eram em sua maioria analfabetas e por isso tinham que ter auxílio de alguém de confiança, em sua maioria um homem (pai, irmão ou esposo) para ler documentos e firmar concordância.

Não podemos dizer que a diferença da vida dessas duas mulheres era por causa somente de suas personalidades. Temos que ter como percepção que apesar da lei não dotar a mulher de certa autonomia, às vezes ela possuía essa autonomia no cotidiano.

Em Sant'Ana de Paranaíba havia o costume das casas terem cômodos não acessíveis a visitantes, onde as mulheres da família ficavam isoladas, pois os donos da casa, os homens responsáveis pelas mulheres das famílias tentavam resguardá-las de olhares de pessoas desconhecidas ou pouco conhecidas (SODRÉ, 2009).

O caso da Senhorinha Barbosa chama a atenção, pois parece ser uma exceção ao modo que a mulher era vista e tratada pela sociedade mato grossense do século XIX. As mulheres podem não ter sido tão submissas como Inocência, mas, na maioria das vezes, ficavam na dependência de alguma figura masculina. O *Código Filipino* dava alguns direitos às mulheres, mas isso está longe de demonstrar que as mulheres

³ Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Fundo de Coletoria de Sant'Anna de Paranaíba. Coleção ano 1856 a 1860. Número da Caixa: 01, livro 05.

⁴ Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Fundo de Coletoria de Sant'Anna de Paranaíba. Coleção ano 1861 a 1864. Caixa: 01. Livro 10.

tenham acesso a esses direitos ou que pudessem dispor de suas vidas e destinos como bem quisesse.

A escrava na literatura: Maria Conga e o tratamento dado aos escravos de Senhorinha Barbosa

A escrava também é parte dos personagens secundários do romance *Inocência*. Na obra a escrava é representada pela personagem Maria Conga, negra escravizada que servia a casa do Mineiro, o José Pereira, pai de Inocência.

O autor descreve um pouco sobre a escrava quando narra a chegada de Cirino à casa de Pereira, pai de Inocência: “Do interior da habitação, não tardou a sair uma preta idosa, mal vestida, trazendo atado à cabeça um pano branco de algodão, cujas pontas pendiam até ao meio das costas” (TAUNAY, 2002: 37).

Outra parte da obra que aparece Maria Conga é quando o senhor Pereira manda a escrava colocar a mesa, ou seja, a função da escrava Maria Conga eram os serviços domésticos. Para entendermos o tratamento dado à Maria Conga, recortamos um pouco da conversa entre Pereira e Cirino durante um jantar servido por Maria Conga:

- [...]. Eh! Lá! Maria Conga, vamos com isso!... Janta na mesa!...

Foram o chamado e as indicações de Pereira cumpridas sem demora.

Apareceu a velha escrava, que estendeu em larga e mal aplainada mesa um toalha de algodão, grosseira, mas muito alva, sobre a qual derramou duas boas cuias de farinha de milho; depois, emborcou um prato fundo de louça azul, e ao lado uma colher e um garfo de metal.

- Sente-se, doutor, disse Pereira a Cirino. Desculpe se não achar a comida do seu agrado.

Vinha entrando nesse momento entrando Maria Conga com dois pratos bem cheios e fumegantes, um de feijão-cavalo, outro de arroz.

- E as ervas? Perguntou Pereira. Não há?

- *Nhor-sim*. Eu trago já, respondeu a preta, que com efeito voltou daí a pouco.

[...].

-Maria, disse Pereira para a escrava, que fora se colocar a alguma distância da mesa com os braços cruzados, traz agora mel e café com doce (2002: 39).

Outro dado implícito é a origem da escrava pelo seu nome Maria Conga, normalmente o segundo nome trata da origem do escravo, no caso ela foi trazida do porto de Congo, ela era africana.

Maria Conga aparece pouco na obra, e muitas vezes alvo de reclamação por parte de Pereira, seja por uma suposta demora em atender ao seu senhor, seja por derramar a porção (chá), que seria o remédio de Inocência e mais uma vez chamada para arrumar a mesa, dessa vez para o almoço.

Os escravos e escravas de Senhorinha Barbosa aparece pouco na obra de Medeiros. Sabemos que seu primeiro marido foi morto por um escravo, mas sobre as escravas pouco podemos saber. Compreendemos que Senhorinha Barbosa possuía escravas pois de acordo com a narração de Medeiros:

Os escravos que pertenciam a Senhorinha constituíram famílias, viviam nas casas por eles mesmo construídas dentro de sua é propriedade e foram por ela alforriados de fato, independentemente da Lei da Princesa Izabel, que viria quase vinte anos depois, para eles já como uma disposição jurídica praticamente ineficaz. [...]. Ela incentivava a união legal dos casais, o registro dos filhos e ajudava-os na medida do trabalho que executavam, com víveres e outros bens essenciais, já que não podia pagar-lhes salário. Ativa e severa, tratava negros e brancos com o mesmo respeito e dignidade, e essa linguagem de patrão e empregado denotava sua característica de mulher empreendedora, ciente de que com a violência não se podia obter bons resultados. Em consequência, eles não a abandonaram, como poderiam ter feito, ao contrário, lá ficaram e tornaram-se indispensáveis como mão-de-obra segura e confiável (2007: 106).

Ou seja, por ser a favor da constituição de famílias, registro de filhos, entendemos que existiam mulheres cativas trabalhando com Senhorinha Barbosa, porém na obra não há a especificação de uma escrava. Além disso, como amiga de Senhorinha Barbosa a freira pode ter minimizado a relação de Senhorinha com seus escravos, pois seria uma visão muito inocente vê-la com uma senhora bondosa que tratava bem seus escravos e que por isso os escravos se tornaram confiáveis.

Tal cuidado deve ser tomado, pois nessa mesma fala a freira discorre que Senhorinha Barbosa ajudava seus escravos na medida do trabalho executado com víveres e outros bens essenciais. Qual a quantidade de trabalho reconhecido com bom para Senhorinha Barbosa? Qual a quantidade e qualidade desses víveres e bens

essenciais? Será que os escravos ficavam satisfeitos com o pagamento dado com víveres e bens essenciais? Seria esse pagamento suficiente para eles?

Essas indagações não podem ser respondidas pela leitura do livro e talvez nem com a contribuição de outras fontes históricas. O que pode ser analisado é que nas duas obras o trabalho escravo foi deixado em um segundo plano e que buscou-se mascarar a violência dessa relação, bem como alguma forma de resistência escrava que tenha existido.

A escrava em documentos oficiais

A escrava mulher pode ser vista em alguns documentos como Cartas de Alforria na lista do Livro de Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1874, no Livro de Declaração de Pagamento da meia siza na compra e venda de escravos.

Nos Livros de Declaração de Pagamento da meia siza⁵ aparece várias vezes o pagamento de imposto por meninas escravas como é o caso do Vigário Francisco de Souza Fleury comprou de José Aprigio de Toledo a escravinha Ana crioula. Depois a mesma autoridade eclesiástica aparece vendendo Sebastião José Rodrigues de Queiros uma escravinha parda de nome Ana de três anos. Seria a mesma escrava? Qual seria a vantagem se fosse a mesma escrava já que ela teria sido comprada e vendida pelo mesmo valor (quinhentos mil réis)? Porém, se forem crianças escravas diferentes mostra uma certa rotatividade de crianças escravas entre as fazendas.

Outra declaração que chama a atenção é a compra feita por José Duarte Novaes de Vicente africano e sua mulher Eva crioula; e mais dois escravos africanos. A compra de um escravo e Eva dá pistas sobre a família escrava bem como o costume de buscar não se separar familiares escravizados. O vendedor foi Capitão Joaquim Lemos da Silva em quinze de fevereiro de 1861.

É comum na declaração do imposto de meia siza a compra de somente uma parte do escravo ou da escrava. Neste caso, podemos pensar em duas hipóteses: ou o comprador já possuía uma outra parte da escrava, ganhado por herança, por exemplo

⁵ Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Fundo de Coletoria de Sant'Anna de Paranaíba. Declaração para meia siza das vendas e doações de escravos. Caixas ano 1856 a 1867.

e comprava a outra parte para ter direito à posse total, ou comprava duas ou mais partes de pessoas que tinham a posse da escrava para ter como uma escrava. Parece estranho, mas com a partilha de bens, cada irmão poderia ficar, por exemplo, com um terço da escrava, por isso havia compra/venda de partes de um escravo ou escrava.

Um caso desses é Joaquim Moraes da Costa que comprou de João da Cruz Rezende três partes da escrava Maria que tinha apenas dois anos. Tal negociação ocorreu em dezanove de setembro de 1867. As cartas de alforria aqui apresentadas são encontradas na obra de Penteado com o título *Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos*, a obra é uma coletânea de documentos divididos em regiões da antiga província de Mato Grosso.

As cartas de alforrias concedidas sob concessões como trabalhar por mais algum período certo (por mais sete ou 10 anos, por exemplo) ou até a morte do seu senhor, senhora ou parente de um deles é um dado que aparece bastante no documento, e por demandar alguns anos não sabemos se realmente esses escravos foram libertos, mas tais interrogações merecem ser discutidos mais enfaticamente em um artigo próprio.

Em uma alforria de 1845, a senhora Anna Isabel do Espírito Santo liberta a escrava Maria, africana de Moçambique, pelo bom serviço prestado, mas para isso a escrava deverá trabalhar por mais dez anos. O que é interessante aqui é que uma senhora branca e livre faz a carta de alforria sem nenhuma representação masculina.

Joaquim Garcia Leal registra uma carta de alforria a Maria crioula e seus quatro filhos Antonio, Procópio, Geraldo e Luiza. Eles seriam libertos após a sua morte e por prestarem bons serviços.

Em 1874 foi realizada uma lista denominada Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação no qual há dados sobre os possíveis escravos que poderiam ser libertos por esse Fundo. Essa lista contém vários dados dos escravos como idade, estado, profissão, aptidão para o trabalho e moralidade.

Como profissão das escravas o documento cita umas das quatro cozinheira, fiandeira, costureira e tecedeira. Não é apontada nenhuma escrava com trabalho na

lavoura. O trabalho na lavoura é marcada nessa lista como se fosse trabalho apenas do escravo.

A escrava Eva é a primeira a ser citada na lista. Ela é descrita como preta, 36 anos, casada, com uma pessoa da família, tem a função de cozinheira e aptidão ao trabalho, mas não possui moralidade. Seu esposo dever ser o escravo Joaquim, pois ele é listado bem abaixo e consta como casado, cor preta, 57 anos, trabalhador de lavoura, sem aptidão ao trabalho (talvez pela idade), possui uma pessoa da família e também não teria moralidade. Ambos eram escravos da senhora Anna Luisa do Espírito Santo.

São poucos os documentos históricos que retratam o papel da mulher na sociedade de Sant'Ana de Paranaíba, ainda mais as mulheres escravas. Na maioria das vezes temos que nos apegar em detalhes ou mesmo ler nas entrelinhas do documento. Apesar dos *grandes homens* das famílias Garcia Leal e Lopes, por exemplo, colherem os louros como *desbravadores*, entendemos que de uma forma ou de outra, a mulher, escrava ou livre, também teve um papel importante na ocupação dessa região assim como os escravos e pobres livres que muitas vezes foram esquecidos por uma história tradicional ou pelas obras memorialísticas.

Temos que ter claro que nas duas obras literárias as figuras femininas são idealizadas. Inocência reflete o que seria a heroína para o Romantismo e Senhorinha Barbosa não foge ao estereótipo patriarcal só que invés de uma figura masculina tem-se uma mulher. As outras fontes aqui citadas servem para desmarcar esses estereótipos e mostrar que a realidade feminina divergia bastante da literatura e era muito mais complexa. Porém essa análise demanda um aprofundamento que está por ser feito e que não poderia ser exposto em tão breves páginas.

Fontes:

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829 (1943). In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo.

Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1874. Província de Mato Grosso- Município de Santana de Paranaíba. IN: MOURA, Zilda Alves de (2008). *Cativos nas terras dos*

pantanaís: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso- séculos XVIII e XIX. Passo Fundo/RS: Ed. Universidade de Passo Fundo.

FLEURY, Justiniano Augusto de Salles (1895). *O Descobrimento do Sertão e fundação de Santana do Paranaíba*. Artigo extraído do Republicano de Cuiabá, de 12 de dezembro de 1895. (Apontamentos). Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso 6/7, t. 13.

PENTEADO, Yara (org.) (1993). *Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838-1888*. Campo Grande, MS: SEJT, MS; SEEE, MS; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Mário Monteiro de (1951). *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti.

BRAZIL, Maria do Carmo (1999). *Terra e trabalho no sul de Mato Grosso – considerações sobre superação do escravismo, luta pela terra, economia pastoril e advento do trabalho livre – séculos 19 e 20*. IN: História: debates e tendências/ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol 1, n. 1, (junho, 1999). Passo Fundo: UFG.

CASTELNAU, Francis (1949). *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

DAL BOSCO, Maria Goretti (1995). *Os Pioneiros – Viajantes da Ilusão*. Dourados: Via nova.

DUARTE, Nestor (1939). *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*. São Paulo: Nacional.

ESSELIN, Paulo Marcos (2003). *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FREYRE, Gilberto (2006). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ed. rev. São Paulo: Global.

FREYRE, Gilberto (1951). *Sobrados e Mucambos: decadência do Patriarcado Rural e desenvolvimento urbano*. 2 ed 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio.

GRAHAM, Sandra Lauderdale (2005). *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1981). *Raízes do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro,: Ed. J. Olympio.

MARTIM, José Hernandez (2000). *A história de Três Lagoas*. Bauru/SP: Ed. do Autor.

MEDEIROS, Samuel Xavier (2007). *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande/ MS: Gibim.

PESSOA, Angelo Emílio da Silva Pessoa (2003). *As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D'ávila. Família e propriedade no nordeste coloquial*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP.

PINTO, Luiz de Aguiar da Costa (1980). *Lutas de Famílias no Brasil Introdução ao seu Estudo*. 2.ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL.

PRADO JÚNIOR, Caio (1973). *Formação do Brasil Contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueredo (1994). *O homem e a terra*. Campo Grande/ MS: editora do Senado Federal.

SÁ CARVALHO, José Ribeiro de (2005). *Como era lindo o meu sertão!* IN: Revista da Academia Sul-Matogrossense de Letras. Campo Grande. N.9. Campo Grande/MS, 49-58.

SODRÉ, Nelson Werneck (2009). *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul.

TAUNAY, Visconde de (2002). *Inocência*. São Paulo: Martin Claret.

TAUNAY, Visconde de (2003). *A retirada da Laguna*. 13 ed. São Paulo: Martin Claret.

VIANNA, Francisco José de Oliveira (1938). *Populações Meridionais do Brasil: História Organização – Psicologia*. 4 ed. São Paulo: Nacional.

